

ATA N.º 9/2024
do Conselho de Escola
da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

No sexto dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, pelas onze horas e cinco minutos, reuniu, ordinariamente, o Conselho de Escola.

Estiveram presentes, enquanto membros docentes: Professora Doutora Ana Perestrelo de Oliveira (Presidente do Órgão), Professor Doutor António Barreto Menezes Cordeiro, Professora Doutora Cláudia Madaleno, Dr. Diogo Tapada dos Santos, Dr. Raimundo Neto, Dra. Sara Azevedo e; enquanto membros discentes: os estudantes Dr. André Brito (Secretário do Órgão), Herman Ramos, Mauro Marques, Mussa Só e Pedro Carneiro; e, enquanto membro não docente, Dra. Rosa Guerreiro. Estiveram ainda presentes, sem direito de voto, o Senhor Diretor, Professor Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto, o Senhor Diretor Executivo, Dr. Bertolino Campaniço e a Tesoureira da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa (AAFDL), Dra. Clara Palma.

O Professor Doutor Hugo Ramos Alves e a estudante Aline Pinheiro justificaram a sua ausência.

A ordem de trabalhos consistiu nos seguintes pontos:

1. Aprovação das atas das reuniões anteriores;
2. Situação relativa à abertura de concursos para a carreira docente;
3. Reforma orgânica;
4. Revisão estatutária;
5. Cacifos da biblioteca;
6. Outros assuntos.

Antes de entrar na Ordem de Trabalhos a Senhora Presidente passou a palavra ao Senhor Diretor que informou o Conselho que o parque de estacionamento foi para concessão privada, tendo a Faculdade garantido vagas para a AAFDL, desconto para

B



os estudantes e lugares reservados para os alunos com mobilidade reduzida. Disse que o parque rendia cerca de dezoito mil euros por ano e passaria a render cerca de oitenta mil euros por ano, o que permitiria que a receita fosse investida em outras necessidades da Escola.

Informou ainda que a Faculdade estava a gastar excessivamente com a rega dos jardins e que solicitou à Vice-Reitora com o pelouro uma intervenção na organização de um projeto que permitisse uma maior poupança da água.

1. Aprovação das atas das reuniões anteriores

A Senhora Presidente submeteu à votação as atas n.os 7 e 8/2024 que foram aprovadas por unanimidade.

2. Situação relativa à abertura de concursos para a carreira docente

O Senhor Diretor disse que a Faculdade tinha um problema com os assistentes e que eles eram indispensáveis para a manutenção da avaliação contínua. Disse que o doutoramento na Faculdade, além de exigente, era caro e que a forma de reter os bons alunos para a carreira docente era através do contrato como assistentes convidados.

Quanto à abertura dos concursos para a carreira docente, referiu que havia um problema na base da pirâmide, pois a Faculdade tinha poucos professores auxiliares e que seria importante fazer um plano de cinco anos para organizar os concursos desses professores. Disse que, das treze vagas abertas, em um ano apenas um concurso foi fechado e que seriam abertos todos os concursos possíveis até ao limite de despesas indicado pela Divisão Financeira.

O Prof. Barreto Menezes Cordeiro disse que deveríamos ajudar os assistentes convidados da Faculdade a acabar o doutoramento e retardar a abertura de concursos para que eles não fossem prejudicados. Sugeriu que houvesse uma concentração da carga letiva dos assistentes convidados em apenas um semestre para que o outro estivesse livre para investigação e que se esta medida fosse legal, que houvesse uma indicação para os grupos científicos com um incentivo para que fosse feito.

O Senhor Diretor respondeu que caberia aos grupos científicos fazerem a interpretação e que os contratos dos assistentes convidados eram de um ano e que concordaria com a interpretação feita, apesar das divergências existentes.

A Senhora Presidente citou o caso de um assistente que ponderava sair da Faculdade e que isso poderia ser o estopim para que outros também saíssem e que no presente momento havia um descrédito na carreira docente e que estava disponível para contribuir para a solução.

O Senhor Diretor disse que a Faculdade deveria investir em planeamento e que todos os órgãos da Faculdade, e também os estudantes, deveriam dialogar para acordar um compromisso.

O Dr. Diogo Tapada dos Santos secundou a Senhora Presidente, referindo que muitos assistentes ponderavam sair da Faculdade, por fatores tais como a utilização inadvertida dos inquéritos pedagógicos, os salários baixos e as altas propinas do doutoramento.

O Senhor Diretor respondeu que estava empenhado em resolver a questão, mas que o problema não era de fácil resolução com as ameaças constantes de responsabilidade financeira. Disse ainda que percebia o sentimento, mas que a Faculdade não estava contra os assistentes.

A Prof. Cláudia Madaleno referiu que o problema da isenção de propinas era antigo e que surgiu quando a Reitoria tomou conhecimento da prática da Faculdade. Disse que fora pedido um parecer e que este inicialmente aceitava a prática, mas quando foram colocadas dúvidas, o parecer foi reformulado e considerou que não poderia ser concedida a isenção. Assinalou ainda que, desde 2017, os membros do Conselho de Gestão são pessoalmente responsáveis com o seu património pelas dívidas de propinas existentes, se se entender que as propinas devem ser pagas. Solidarizou-se com o Senhor Diretor, dando nota que o assunto era de muito difícil resolução e que a decisão deveria ser muito bem fundamentada. Na sua opinião, a solução passa pela atribuição de bolsas, mas estas exigem exclusividade. Quanto à concentração das aulas em um semestre, disse que havia dúvidas quanto à sua legalidade.

A Senhora Presidente disse que era necessário um sinal dos órgãos, pois dificilmente o Conselho Científico discutiria a questão.



O estudante Pedro Carneiro perguntou sobre o concurso da Faculdade ao programa da FCT que permitiria a contratação de investigadores.

O Senhor Diretor respondeu que a política científica e de investigação era de competência do Conselho Científico e que a FTC havia atribuído duas vagas.

A Dra. Sara Azevedo disse que deveriam ser resolvidos os problemas mais fáceis, enquanto não se resolviam os mais difíceis e que certos grupos científicos aplicavam a concentração e outros não, o que gerava uma desigualdade.

O Senhor Diretor respondeu que a distribuição do serviço docente era da competência do Conselho Científico e que homologaria o serviço docente com concentração, mas que não diria aos grupos científicos como deveriam agir.

A Senhora Presidente questionou se a Direção estava globalmente favorável à concentração do serviço docente, tendo o Senhor Diretor confirmado.

O Prof. António B. Menezes Cordeiro sugeriu que o Conselho de Escola, na reunião de janeiro, deliberasse uma recomendação sobre a concentração do serviço docente para que fosse enviado ao Conselho Científico. A proposta foi acolhida por unanimidade.

3. Reforma Orgânica

O Senhor Diretor Executivo recordou as informações prestadas no ponto quatro da reunião do dia dois de outubro de dois mil e vinte e quatro e apresentou um documento com a estrutura orgânica de outras escolas da ULisboa, dando nota de que a Faculdade de Letras era a que apresentava uma orgânica semelhante à apresentada na proposta de reforma.

A Prof. Cláudia Madaleno disse que não acompanhava a reforma orgânica quanto à criação, ao seu ver, excessiva de cargos de coordenação, por ser incomportável do ponto de vista financeiro e da gestão.

O Senhor Diretor Executivo disse que a proposta apresentada seria discutida em outras reuniões e o objetivo era permitir uma maior especialização dos funcionários.

4. Revisão estatutária

O Senhor Diretor referiu que o Diretor Executivo havia enviado o documento comparativo com a orgânica dos órgãos de gestão de outras escolas da ULisboa, recordou as propostas que havia feito no ponto dois da reunião de trinta de outubro de dois mil e vinte e quatro e defendeu que o Conselho de Escola deliberasse na presente reunião a abertura do processo de revisão dos Estatutos da Faculdade.

O Prof. Barreto Menezes Cordeiro perguntou a razão da existência do Conselho Académico, uma vez que ele não existia nas outras faculdades, e se a sua existência era positiva para a democracia da Faculdade.

O Senhor Diretor respondeu que o Conselho Académico surgiu de um compromisso após o fim do Conselho Diretivo. Referiu que, durante a revisão dos Estatutos, o Conselho de Escola instituiu o Conselho Académico como órgão consultivo do Diretor. Disse ainda que o Conselho Académico era fundamental para permitir ouvir a opinião de todos: alunos, professores e funcionários.

O estudante Pedro Carneiro recordou que na última reunião fora proposto que na reunião seguinte fossem acordadas as matérias que seriam objeto da reforma e que a deliberação de abertura ou não da revisão seria feita na reunião de janeiro. Disse que os estudantes eram favoráveis à abertura do processo, desde que houvesse um compromisso de não diminuírem a representação estudantil.

A Prof. Cláudia Madaleno referiu que não poderia haver uma deliberação do órgão, que não se poderia vincular nesse sentido, embora pudesse haver acordos com membros do órgão, ainda que estes também não se possam vincular a ser eles a votar na deliberação final.

O Prof. António Menezes Cordeiro disse que, independentemente da sua posição pessoal, havia uma série de faculdades que tinham na composição do Conselho de Escola pessoas externas à faculdade e que, apesar de estranhar a opção dessas escolas, não concordava em bloquear a discussão.

O estudante Pedro Carneiro disse que a posição dos estudantes no Conselho de Escola era mais frágil na medida em que a maioria de aprovação da revisão era menor face à maioria para abertura do processo, razão pela qual os estudantes preferiam que houvesse esse compromisso.

O Dr. André Brito recordou que foram os docentes, na última reunião, que sugeriram que fossem acordados os pontos de revisão como forma de evitar cheques em branco e que os estudantes estavam agindo conforme ficou consensualizado entre os conselheiros na reunião.

A Senhora Presidente disse que compreendia a posição dos estudantes e também compreendia que o órgão não poderia deliberar juridicamente essa limitação, sem prejuízo de serem feitos acordos com os membros do Órgão.

O Senhor Diretor disse que estaria sempre presente nas reuniões quando fosse feito o debate sobre a reforma.

O estudante Pedro Carneiro referiu que entraria em diálogo saudável com todos os professores e que os estudantes manteriam a sua opinião, conscientes de que a Escola só teria a ganhar com a manutenção da posição dos estudantes.

A Tesoureira da AAFDL, Dra. Clara Palma, associou-se aos conselheiros discentes, reafirmando que deveria haver um compromisso político para que não houvesse a diminuição dos representantes dos estudantes nos órgãos.

A Prof. Cláudia Madaleno disse que era favorável às propostas feitas pelo Senhor Diretor quanto ao aumento do mandato e a livre nomeação dos Subdiretores. Quanto ao Conselho Académico, disse que o saldo da existência do órgão era positivo, por permitir um maior diálogo entre os membros da comunidade académica.

5. Cacifos da biblioteca

O Senhor Diretor referiu que estava em estudo uma proposta para substituir os cacifos da Faculdade por novos cacifos com um sistema eletrónico que permitiria atribuir ao utilizador da biblioteca um cacifo que estaria disponível durante o horário de funcionamento da biblioteca e que após esse período permitiria responsabilizar o utilizador que incumprisse os horários de utilização.

O Dr. André Brito perguntou se já se sabia os valores que a Faculdade gastaria com esse novo sistema e se havia um plano alternativo caso a aquisição fosse economicamente inviável, como acontecia com os livros reservados em que era

obrigatório deixar o cartão de aluno para levantá-los. Perguntou ainda se esse sistema estaria disponível ainda no presente ano letivo.

O Senhor Diretor Executivo respondeu que ainda não dispunha dos valores, mas que acreditava que eles poderiam ser instalados no ano letivo de 2024/2025 e que, caso a compra fosse inviável, seria designado um funcionário para fazer a gestão das chaves dos cacifos.

6. Outros assuntos

O estudante Mussa Só perguntou se haveria vagas no parque de estacionamento reservadas aos estudantes do pós-laboral. O Senhor Diretor Executivo respondeu que estavam reservadas cinquenta vagas para os estudantes, independentemente do turno do curso em que estavam matriculados

A Senhora Presidente, recordando que esta seria a última reunião da atual composição dos conselheiros discentes, propôs um voto de louvor aos estudantes que cessaram funções, pela forma colaborativa e disponível com que participaram no Órgão. O voto foi aprovado por unanimidade.

Não havendo mais nenhum assunto a tratar, a Senhora Presidente desejou a todos um Feliz Natal e encerrou a reunião às treze horas e sete minutos.

A Presidente do Conselho de Escola



(Prof.ª Doutora Ana Perestrelo de Oliveira)

O Secretário do Conselho de Escola



(Dr. André Brito)

